

---

## O LÍBANO: EXEMPLO DE FRAGMENTAÇÃO NACIONAL

---

*L. Gonzaga Ferreira*



---

## O LÍBANO: EXEMPLO DE FRAGMENTAÇÃO NACIONAL

---

Escrevia há tempos no seguimento das teses de Joseph Frankel, que o conceito de Defesa Nacional tem de passar pela compreensão do que é o interesse nacional. Este terá de sobrepôr-se nos momentos cruciais, mas não só, à plenitude de interesses parcelares de todo o tipo, os quais harmonizará, que compõem o quotidiano cultural, político e social-económico de um povo. Mas como então também se diria, o interesse nacional será assim um produto da cultura e da coesão nacionais e isso quer perante os desafios que a si próprio se põe cada país face às exigências de sobrevivência e do desenvolvimento, quer perante ameaças externas evidentes ou encobertas.

É uma verdade, que só os desatentos não percebem, que estamos assim perante desafios que podem pôr em causa as estruturas do Estado e a coesão da Nação e cuja resposta reclama um consenso em que transpareça o interesse nacional por cima de qualquer outro interesse de grupo, partidário, económico ou outro.

Toda a política que se apresente desarticulada em forma sistemática ou que fira sectores vastos de tecido nacional estará originando fermentações que outros cuidarão de usar. Não se poderá esquecer que no dispersar e no chocar de interesses dentro de dada fronteira, os outros poderão jogar interesses contra interesses e enfraquecer o que já era fraco posto que incapaz de visão eminentemente nacional das questões vitais que se põem.

No passado e em variada época já isso sucedeu e foi preciso a marca popular para inverter o sinal dos tempos de então, sendo que essa marca popular se notabilizaria pela sintonia com o interesse nacional empurrando inabalavelmente à coesão nacional e isso mediante a figura catalizadora do chefe que cada época então escolheu.

Estas reflexões tive-as frequentemente ao viver directa e pessoalmente e, por um certo período, uma experiência que no tempo presente e deste há treze anos dá trágico testmunho dos abismos a que poderá conduzir

no plano nacional a ignorância ou o desprezo do factor primordial do fenómeno nacional. Refiro-me à história recente do Líbano, um país que se augurava destinado aos maiores êxitos regionais e não só, e que se vê a braços com uma situação de caos total que na sua extremada extensão será imputável sobretudo a carência de coesão interna que permitiu que forças externas jogassem as internas umas contra as outras e tão irrevogavelmente que se nem sabe sabe se alguma vez poderá vir a reconstituir-se o Estado e a Nação libaneses.

São antigas as incidências exógenas da fragmentação da Nação Libanesa tão antigas como conta de existência o Estado Libanês contemporâneo, mas dir-se-á que nos anos recentes se deu a aceleração da desarticulação do corpo nacional nos seus múltiplos aspectos político, cultural, social e económico.

A ambição síria em relação ao Líbano, a de dominar de uma forma ou outra o país da Montanha Branca, afirma-se, e não tem enfraquecido, desde o tempo da formação do Estado Libanês. Esquecendo voluntária e conscientemente que o Estado Libanês se constituía não a expensas de solo e populações sírios mas a partir de quatro Cazas e dos Wilayets de Tripoli e Beirute (remeniscências do Império otomano recuperadas através do mandato de que depois sairia sob a égide francesa o Estado Libanês como entidade plena no plano internacional), os sucessivos Governos do Bloco Central sírio nunca reconheceram o novo Estado e sempre recusaram com ele estabelecer relações diplomáticas, procedendo antes na maioria do tempo com variada hostilidade contra o Líbano, as suas instituições e o seu povo em geral.

O Presidente Hafez Al-Assad, nesse como aliás noutros aspectos da política de Khaled El-Azem e seus sucessores no Bloco Central em Damasco, não fez mais, ao aproveitar as contradições internas libanesas, que aplicar a política mais cara à Síria. E poder-se-á dizer que para o efeito apenas tem variado na forma e meios conforme as circunstâncias.

Tentou-o directamente e sob cobertura da Força Árabe de Intervenção no que viria a falhar em parte perante a resistência cristã — bombardeamentos de Achrafieh em Beirute ou o cerco de Zahlé — passando então a agir indirectamente e por interpostas forças e facções. Tentou-o ainda e aí com pleno êxito, ao impedir que outras forças estrangeiras viessem impor ordem e disciplina no Líbano. No caso da invasão do Tshahal israelita dir-

-se-á que não coube à Síria o mérito pelo desastre em que redondou uma operação que o General Sharon tinha por decisiva para os interesses israelitas, mas sim aos erros de Televiv ao não impedir os exageros de Sharon e a avançada do Tsahal até Beirute. Mas já no que respeitou a força multinacional que se seguiu à invasão israelita, a acção terrorista alimentada externamente teve aí terrível expressão e efeitos devastadores e decisivos. Como o teve também e em forma determinante, embora com recurso a outros meios de pressão, na oposição ao Acordo de 17 de Maio de 1983 que Sharon quis impôr a Amine Gemayel como coroa da invasão do Líbano e que depois dos Acordos de Campo David representaria mais um passo importante na consolidação das áreas de fronteira de Israel, com o fim do estado de guerra entre os dois Estados e o estabelecimento da paz separada entre os mesmos — recurso e expediente Israelita a que a Síria se opõe por todos os meios. Pelo que até se poderia dizer aqui, contra a afirmação antes produzida neste mesmo texto, que teve a Síria efectiva influência no não cumprimento e satisfação dos objectivos que se propunham os mentores e architectos da invasão de Junho de 1982.

Disse-se que depois das tentativas directas mediante acções militares caracterizadas, Al-Assad se remeteu a acção indirecta, agindo ao mesmo tempo sobre dois tabuleiros: o da legalidade e o das facções comunitárias com tradução prática na guerra de milícias. No plano da legalidade e sempre tendo em mira a constituição de uma entidade libanesa reflectindo o exemplo sírio e logo aceitando a hegemonia de Damasco, Hafez Al-Assad na sequência dos dramáticos acontecimentos que marcaram o tempo seguinte à invasão israelita de 1982, isto é, a expulsão do Líbano de Yasser Arafat e do Fath, a eleição de um alto responsável dos Kataeb — milícias cristãs — como Chefe de Estado e o forçado repúdio do Acordo Líbano Israelita de 17 de Maio, Hafez Al-Assad aparece como o intermediário entre a paz e a guerra, entre o caos e a ordem.

Eleito Presidente da República Amine Gemayel — que, como seu irmão Bechir, assassinado antes ainda de ser empossado, o terá devido em larga medida às pressões decorrentes da presença do Tsahal no Líbano — deixa-se enredar na trama da política destabilizadora israelita que o arrastaria para a aventura da guerra do Chouf. Nessa como noutras ocasiões erravam o alvo os responsáveis cristãos ao supor que pela guerra poderiam reforçar as posições e os interesses maronitas. Ao contrário, com essa aventura concorria o lado cristão para aumentar de forma dramática a massa de

refugiados cristãos e as tensões quer a nível de sector quer no plano nacional. Com efeito, Walid Joumblatt aproveitando o erro clamoroso das milícias cristãs banuiu das montanhas do Chouf toda a presença cristã, à excepção de inexpressivas pequenas bolsas como a de Dar el-Khamar. E levaria ainda à coligação druzo-chiita e à batalha de Beirute de Fevereiro de 1984 culminada com a vitória das forças combinadas do PSP (Druso) e do Amal (Chiita) e à contrapartida de uma derrota cristã e à posse Muçulmano-Chiita de Beirute-Oeste o que concorreria não só para o reforço, embora indirecto, da mão síria na Capital Libanesa, mas também para novo dramático êxodo cristão.

Mas a falta de visão das forças cristãs persistiria. Depois das falhadas conversações de Naqoura no Outono de 1984 onde sob a égide das Nações Unidas se buscou um acordo para a evacuação do Tsahal do Sul do Líbano, as forças israelitas retirar-se-iam unilateralmente, mas em meio de negros presságios de desordem e caos proferidos pelos responsáveis militares israelitas. Sabiam do que falavam posto que o Sul logo entrou em turbulência aguda de que ainda se não libertou. E iniciá-la-iam os cristãos quando as milícias maronitas empreenderam acções de flagelação contra Saída. A conjugação das facções muçulmanas face ao ataque cristão consubstanciar-se-ia na ofensiva druzo contra o Iklím - Kharoub e do Exército Popular de Libertação contra as colinas cristãs a leste de Saída.

O Iklím e as referidas colinas eram eminentemente cristãs. Depois da vitória da coligação druzo-muçulmana na frente Sul seria eliminada toda a vivência cristã acrescentando-se mais um elemento ao contencioso comunitário.

Assim de desentendimento em desentendimento e através de acções inconsideradas imbuidas de estreita visão comunitária e cegas para tudo que fosse ou dissesse respeito ao interesse geral-nacional, a presença cristã no Líbano Sul ficaria reduzida ao bastião único de Jezzine. Mas não seria esse a única consequência, pois a comunidade cristã que deveria ser o fermento de toda a solução concertada para o Líbano, antes cavava mais fundo o fosso entre comunidades dando razão ao ódio das demais e à desconfiança entre todas. Atentando-se contra a coesão nacional mais se abria o caminho às influências estranhas — o enfraquecimento do tecido nacional de que a comunidade cristã é um elemento fundamental só acrescenta poder à influência síria e também, e com crescente expressão, à iraniana.

Perante a adversa sorte das armas e as pressões política, militar e terrorista muçulmanas a Síria via-se triunfante no confronto com a Força Multinacional e punha em cheque o prestígio e capacidade do Ocidente sobre os quais Amine Gemayel no início do seu mandato pensava poder alicerçar-se na sua afirmação anti-Árabe — é o Presidente Libanês forçado às Conferências de paz entre as facções libanesas em solo suíço e abandona a experiência do governo técnico de Wazzan. Sob a movimentação discreta dos sírios em Lausana desenha-se uma aparência de concertação intercomunitária expressa na formação do governo representativo e de União Nacional de Rashid Karame, político sunita afecto a Damasco, Beirute abre a sua Linha Verde, cria-se o CDR, Conselho para o Desenvolvimento e Reconstrução, assiste-se à crescente chegada a Beirute de missões ávidas de participar no esforço de reconstrução, as diversas regiões do Líbano começam a mover-se e a dar sinais de querer intercomunicar.

Parecia faltar apenas dar mais alguns passos para que a desconfiança comunitária se dissolvesse e a cooperação se afirmasse.

Mas isso seria esquecer as duas situações que já se tinham perfilado no horizonte Libanês em que forças externas, jogando com os interesses divergentes das comunidades contribuíram para a degradação do Estado e feriam talvez de morte a coesão da Nação. E assim, após um breve período de esperança, o ciclo infernal da violência retomava pujança e primava sobre qualquer outra consideração. Primeiro, as forças que aproveitando-se dos terrores cristãos querem impedir a instalação no Líbano de um poder coeso e adquirido totalmente às teses árabes que eventualmente ameaça a Galileia e seja fonte de insegurança para o todo israelita. Em segundo lugar, as forças que aproveitando as reivindicações dos chiitas, as frustrações dos druzos e os rancores surdos dos sunitas — sempre inconformados com o que tiveram por subalternização em relação aos maronitas — querem forçar a mão aos cristãos e levá-los a uma tal posição que tenham aí de ceder às injunções e ditames sírios, com isso ainda contribuindo a impedir qualquer forma de predomínio israelita.

Não tiveram os políticos, chefes de clã e os comandantes das milícias, saber e capacidade para se aperceberem nessa hora decisiva, onde residiam os pontos fracos de cada um e os remédios que se impunham com urgência e que passavam pelas potencialidades políticas do Governo Karame. Até porque era antiga a lição. Pois estando-se em 1983/84 já o Líbano sofria oito anos de tensões internas suicidas fomentadas do exterior, desde aqueles

anos insensatos em que o inefável sonho sunita de predomínio encostado a uma força militar alheia posto que para uma própria não estão vocacionados no Líbano, era então excitado pela ingerência de Abel Nasser em plena fase de fermentação da Nação Árabe. Conjugado este facto político com a emergência do poder OLP, graças a cumplicidades internas, assistia-se à progressiva autonomização palestiniiana no Líbano com o conseqüente aviltamento do Estado e das instituições Libanesas e o agravamento da fractura comunitária do País.

Mesmo assim e passados esses dois terríveis momentos da comunidade cristã que foram a guerra do Chouf e a batalha de Beirute-Oeste e passada a fase de concertação em solo suíço que conduziu á formação do Governo de União Nacional de Karame, um homem libanês houve que por uma vez tirando as ilações do irrealismo do acordo Líbano-Israelita de 17 de Maio de 1983 e da precaridade da posição cristã face à coligação druzo-chiita alimentada por Damasco, procurou sacar o maior proveito da nova conjuntura criada sob égide síria, com o menor prejuízo para posições cristãs e para o Estado e Nação Libaneses. Assim Gemayel repete os encontros com Hafez Al-Assad em Damasco e dessas Cimeiras sucessivas saíria em princípios de 1985 a iniciativa presidencial libanesa de negociações entre a facção cristã representada no próprio Presidente e as milícias chiita e druzas então as mais agressivas no terreno, negociações essas conduzidas não já em solo estrangeiro mas em terra Libanesa com cobertura síria através da presença do Vice-presidente da República sírio Abdel Halim Khaddam.

Caberá insistir sobre um aspecto fundamental para que melhor se aperceba todo o alcance da tragédia para o Líbano que representou em seguida a intervenção das «Forças Libanesas», as milícias cristãs: as negociações, embora sempre referidas à preocupação hegemónica Síria, eram conduzidas pelo Chefe do Estado Libanês na aldeia presidencial de Bikfaya onde se deslocou o Vice-Presidente Sírio. Era esse o reconhecimento implícito do direito que assistia ao Estado Libanês para solucionar as questões internas, mesmo com o incentivo e apoio externo, e a capacidade para o levar a cabo, já que depois de tanto confronto fraticida, o Presidente Libanês lograva sentar à mesa chefes de guerra cristãos, muçulmanos e druzos. Ora seria a desinteligência interna cristã a aniquilar tal esforço.

Corriam assim os meses de Janeiro e Fevereiro de 1985 e quando se ultimavam os preparativos das diversas forças para retornarem à mesa das

conversações a 12 de Março e de novo em Bikfaya em pleno sector cristão e aí empreenderem a fase decisiva da concertação em curso, as milícias cristãs desencadeavam o golpe de 13 de Março ou Primeira Intifada, tendo por objectivo, logrado, extremar posições e impedir a reunião das partes referidas.

Teve a intervenção como resultado a radicalização dos diversos campos em presença, tornar intransponível o fosso da desconfiança recíproca, a degradação das relações entre os parceiros libaneses e da situação no terreno com atentados, combates ferozes e bombardeamentos cegos que foram acrescentando maior destruição de bens e desgraça das gentes e fez com que a iniciativa que havia estado embora por breve período na mão de Gemayel passasse inteiramente para a de Hafez Al-Assad.

Assistia-se por um lado à atomização do poder, ao aumento das tensões na zona cristã, ao extremar do caos nas zonas muçulmanas, à irredutibilidade das diversas facções muçulmanas e druzas contra a cristã, mas também entre a druzas e as muçulmanas incluindo a chiita, a aliada de há pouco, e à erupção do integrismo que ali passava a ter campo fértil para se expandir e fixar, crescendo em poder e arrogância. Refiro-me ao Hezbollah, expressão consumada da intervenção iraniana no Líbano. Mas assistia-se ainda e a par da paralisia do Estado e do bloqueio da iniciativa cristã, à dupla acção síria: por um lado, através do Amal-Chiita a ofensiva contra os palestinos iniciando-se em Maio de 1985 a «Guerra dos Campos» que só acabaria (se acabou) com a entrada do exército sírio em Beirute-Oeste em Fevereiro de 1987 — isto é, o estrangeiro e não o Estado Libanês a procurar barrar o caminho ao regresso do braço armado palestino; e por outro, a chamar a si a tarefa de negociações inter-milícias libanesas.

E, assim e ao contrário do que se passara com a iniciativa de Amine Gemayel em fins de 1984 e primeiros dois meses de 1985, é à Síria que advém então a tarefa de convocar as milícias mais representativas a Damasco para o que se convencionou chamar de conversações tripartidas — o PSP druzo; o Amal, chiita; e as «Forças Libanesas», cristãs, estas entretanto dotadas do novo Presidente, Elie Houbeika, depois que uma Segunda Intifada que em Maio de 1985 destituiu Samir Geagea, autor da Primeira Intifada, apenas dois meses antes, dirigida, como se viu, contra a iniciativa presidencial de concertação interlibanesa a nível de Estado.

Parecia que sorte diversa viria a ter a diligência síria. Com efeito e depois de variada peripécia própria à região, as conversações de Damasco

finalmente culminaram a 28 de Dezembro de 1985 no Acordo Tripartido. Mas o degladiar interno libanês não ficaria pelas acções destabilizantes já referidas e desta vez seriam as intâncias oficiais do sector cristão a pôr-se por detrás da facção integrista maronita das «Forças Libanesas» e a fazer desencadear a Terceira Intifada de Janeiro de 1986 com o que lograria bloquear e tornar inaplicável o mencionado acordo. Vê-se assim que, numa perda de visão (inclinando-se perante opostas pressões externas por interpostas pessoas nacionais) de que é na convergência pela negociação e nunca na divisão pela violência que o interesse nacional será em certas circunstâncias restaurado e recuperada a coesão nacional, é a mais alta instância do Estado a não desautorizar a violência do golpe como meio para fazer face a nova tentativa hegemónica síria. Com o que confirmava a paralisação das instituições e prejudicaria todo o processo de salvação nacional, contribuindo antes para o agravamento das fracturas nacionais. Se assistiam à facção maronita e a Amine Gemayel e a Samir Geagea (que recuperaria a chefia das «FL» com o triunfo da Terceira Intifada) razões fortes para tentar tolher o passo à Síria pois pelo Acordo Tripartido Damasco pretendia controlar as Forças Armadas, a economia e a educação — com isso desarticulando, se não esmagando, a ossatura da comunidade cristã esteio da entidade cultural especificada do Líbano (em política externa já se notava certo alinhamento por ocasião de conferências pan-árabes e outras), isso não evita, porém, que se infira dos acontecimentos de Janeiro de 1986 que se aprofundou a incapacidade, de que talvez já nem consigam inverter o sentido, das diversas componentes libanesas sobrepor ao interesse parcelar o interesse nacional, sem o que jamais voltarão a viver no entendimento que resultou da plataforma de 1943 e que durou até ao eclodir da guerra em Abril de 1975, entendimento aquele que parecia prefigurar a consolidação de um Estado unitário e da Nação Libanesa. Não diziam os pensadores políticos libaneses como Georges Naccache ou Kesrouan Labaki, nos anos fastos de 1950 e 1960, que o Líbano, pelo pluriconfessionalismo e o pluralismo da Carta de 1943, se constituira no único país do Mundo Árabe onde se tornava de todo impossível o golpe de Estado ou a ditadura?

Escreve Jacques Vernant que o Presidente Al-Assad sabe que nada pode concluir-se no Líbano sem que leve a sua chancela. Isso deveriam saber também os irredutíveis da comunidade cristã e dessa forma associar-se

aos que entendem que à comunidade cristã cabe (caberá ainda?), pela acutilância da sua inteligência e capacidade de organização, avançar com propostas realistas e negociáveis em relação a Damasco e às outras facções libanesas, todas elas de uma forma ou outra associadas à Síria, em vez do confronto sistemático para com o regime sírio. O Vaticano entendeu-o bem, e nisso se empenhou na Primavera de 1986, vendo entretanto a sua intervenção bloqueada pelo extremismo cristão. Consumada a falência da iniciativa vaticana, confirmar-se-ia a incapacidade ou total falta de vocação para a conciliação e a concertação da maioria das facções libanesas e acelerava-se a desarticulação nacional.

Não se sabe ainda o que será o Líbano de amanhã. O que vier a ser certamente não será a contento de nenhum dos contendores libaneses. E aí teremos em expressão extremada o resultado das divergências internas que estranhos exploram em seu proveito. Dir-se-á que se abordou um caso excessivo para demonstrar os riscos das dissensões internas pois a maioria dos países as assimila e digere. Mas no Líbano tudo começou por um acto generoso — o recebimento dos refugiados palestinianos depois do Setembro Negro — e por um Acordo aparentemente inócuo e também generoso, o do Cairo, pelo qual se regia a conduta dos palestinianos no interior do Líbano. Mesmo depois da guerra civil que daí resultou em 1975, podiam as facções libanesas pensar em 1982, por ocasião da invasão israelita de Junho desse ano, que estavam perante o início de uma nova fase da guerra civil em que todos os pontos de fricção seriam empolados e explorados até se chegar à irredutibilidade: Um Governo que não reúne há dois anos, o poder regional exercido pelas milícias, o exército dividido (e consequentemente tolhido) em brigadas cristãs e brigadas drusa e muçulmana com obediência a centros de comando separados e hóstis, um Legislativo anquilosado pela falta de eleições há já 15 anos e que se produz à imagem do país e um poder judicial que cede o passo ao poder miliciano e que se acantona em leis inaplicadas. Certamente que o não pensavam, considerariam então que apenas defenderiam conjunturalmente posições de interesse próprio inequívoco, depois facilmente assimiláveis.

Haverá, pois, que estimar nesta análise duas facetas fundamentais: que se não deve ignorar nenhum aspecto de dissolução interna por mais infimo ou insignificante ou irrelevante que se nos ofereça, pois que, mesmo assim, poderá servir de base para a cunha externa destabilizadora; e, se-

gundo, que não é preciso chegar ao caos libanês para se ter amostra de interesses internos explorados por externos. Na história portuguesa já casos houve surgidos de variados horizontes, e nada nos diz que se não vigiarmos atentamente com espírito são as nossas fronteiras políticas, que não coincidam apenas com as territoriais, não poderemos ser objecto de pressões externas e intervenções claras ou insidiosas que só nos prejudiquem. Há quem minimize certos riscos externos e outros ainda que classificam de emoções primárias o que é da parte de responsáveis cuidada observação e reserva quanto a propósitos alheios ou sua reacção a diversos níveis contra a saberba ou desvirtuação histórica por estrangeiros. Somos uma entidade cultural, plurisecular, forjada nos valores que lhe são próprios e naqueles que a sua peregrinação encontrou e comungou, e daí lhe advém uma projecção e responsabilidade universais que importa preservar de ataques ou ameaças donde quer que provenham ou a forma por que se apresentem.

O que simplesmente queremos dizer é que se estivermos atentos e vigilantes como provado foi recentemente para salvaguarda do interesse nacional consubstanciado, neste caso, na defesa e sobrevivência de populações e regiões ameaçadas, não haverá factor externo que se possa atacar com êxito à coesão nacional e por ela à soberania e independência nacionais.

Dizia historiador e diplomata ilustre em ocasião recente que certos factos tomados isoladamente podem parecer-nos sem fundamento para preocupações ou motivo para alerta, mas que o conhecimento da memória colectiva nacional certamente os situará num contexto norteado por propósitos determinados mesmo se difusos no tempo e nos contornos de cada acção. E em análise recente publicada num matutino lisboeta e em que se enaltecia a capacidade de ver por cabeça própria em vez de pela alheia, ressaltava o seu autor a enumeração de algumas acções ou atitudes estrangeiras que não se coadonariam com «o conceito constitucional de unidade e coesão territorial do país». É por isso que menos se compreenderá ainda que interesses parcelares mesmo em nome de especificidades várias, possam a alguns aparecer como justificação para compartimentação ou alienação que ponha em causa a unidade nacional.

Creemos que a vigilância alicerçada na vivência da memória colectiva deverá ser mantida em permanência e desde que em forma adulta e sã como cidadãos do mundo que o serão se em primeiro lugar o forem do próprio país, para que acções esparsas não engrenem em cadeia de acontecimentos alienantes eventualmente. Até porque poderá suceder que por força de

novos laços institucionais externos possam esboçar-se situações susceptíveis de colidir com a soberania tal como a entendemos em termos gerais e regionais. É que só nesse entendimento se terão as condições para que se estabeleça a necessária equilibrada cooperação que no mundo de crescente entrosamento internacional se apresenta também e cada vez mais como indispensável ao desenvolvimento e afirmação nacionais.

*L. Gonzaga Ferreira*

#### OBRAS CONSULTADAS

- *International Relations in a Changing World*, Joseph Frankel.
- *Le Liban Après Huit Ans de Guerre*, La Documentation Française, n.º 472-473.
- *Assad and the Future of the Middle East*, Robert E. Neumann, em *Foreign Affairs* — Winter 1983-1984.
- *Liban: Un Billan Provisoire*, Jacques Vernant, em «*Defense Nationale*», Abril 1984.
- *Le Liban: D'Hier à Demain*, Philippe Rondot, em «*Defense Nationale*», Dezembro de 1983.
- *Panorama de L'Actualité* — Beirute, anos 1984 a 1986.